

AULA 12 — Racismo é crime

ROTEIRO DE AULA · leitura do professor

UC8 — Narrativas de Identidade e Nação · 2^{os} anos A, B, C, D e E · 90 minutos · Prof. Ulysses Cesar

Item	Detalhe
Duração	90 minutos (2 aulas geminadas)
Material	Handout AULA 12 – Racismo é crime e versão adaptada
No quadro	Antes da aula, escrever apenas: 1888 → 1989
Objetivo	Que o estudante distinga os três níveis de racismo, compreenda a diferença entre racismo e injúria racial e o que mudou em 2023, e saiba o que fazer diante de um caso
Recolher	Bloco 2 da Aula 11
Formato	Atividade individual
Atenção	Tema sensível. Leia as orientações de condução no fim deste roteiro ANTES da aula.

COMO USAR ESTE ROTEIRO

Os textos em corpo grande são para ler em voz alta — pode ler literalmente ou parafrasear.

As caixas coloridas NÃO são para ler: são instruções para você.

Os tempos são referência, não obrigação. Se a turma render, aprofunde; se travar, corte pelo que está marcado como opcional ao final.

00 – 06 min · ANTES DE COMEÇAR · o combinado da aula

AÇÃO

Recolha o Bloco 2 da Aula 11 durante a abertura.

Antes de começar, um combinado. A aula de hoje trata de racismo. É um tema que pode atravessar a experiência pessoal de gente que está nesta sala.

Três regras. Primeira: ninguém é obrigado a contar nada de si. Segunda: se alguém quiser contar, a sala escuta sem comentar. Terceira: a gente vai trabalhar com conceito e com lei, não com julgamento de pessoas presentes.

Se em algum momento alguém quiser sair da sala, saia. Não precisa pedir e não precisa explicar depois.

PAUSE E ESCUTE

Faça essa abertura em tom baixo e direto. Não dramatize. O objetivo é abrir espaço, não anunciar tensão.

06 – 18 min · ABERTURA · Cem anos e um ano

ESCREVA NO QUADRO

Aponte para 1888 → 1989.

PERGUNTE À TURMA

O que é 1888?

PAUSE E ESCUTE

Lei Áurea. Vão saber.

PERGUNTE À TURMA

E 1989?

PAUSE E ESCUTE

Ninguém sabe. Deixe o silêncio.

Mil novecentos e oitenta e nove é o ano da Lei 7.716, a lei que define os crimes de preconceito de raça ou de cor no Brasil.

PERGUNTE À TURMA

Façam a conta comigo.

PAUSE E ESCUTE

Cento e um anos. Deixe a conta ser feita em voz alta.

Cento e um anos entre a abolição e a lei que criminaliza o racismo com estrutura própria. E, no meio desse período, o que existiu foi a Lei Afonso Arinos, de mil novecentos e cinquenta e um, que tratava a discriminação como contravenção penal — infração de menor gravidade, com pena de prisão simples ou multa.

PERGUNTE À TURMA

O que essa demora comunica?

PAUSE E ESCUTE

Deixe formularem. Vão chegar em 'que não era considerado grave'.

Comunica que, durante um século, o ordenamento jurídico brasileiro não tratou isso como problema sério. E isso não aconteceu por esquecimento. Aconteceu porque o país havia construído uma explicação sobre si mesmo que tornava a lei desnecessária.

Essa explicação tem nome, e é por ela que a gente começa.

18 – 32 min · O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

AÇÃO

Distribua o handout. Versão adaptada de forma reservada.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

É a ideia, difundida no Brasil ao longo do século vinte, de que aqui não haveria racismo, porque a mistura entre povos teria produzido uma sociedade harmônica. O Brasil seria o contraexemplo dos Estados Unidos: lá, segregação legal; aqui, convivência.

PERGUNTE À TURMA

Vocês já ouviram alguma versão disso? 'No Brasil todo mundo é misturado, então não tem racismo'?

PAUSE E ESCUTE

Vão dizer que sim. É uma frase que circula.

Reparem na estrutura do argumento. Ele parte de um fato verdadeiro — a mistura existiu — e conclui uma coisa falsa: que a mistura eliminou a hierarquia.

E aqui está a parte central. A mistura não foi contrária ao projeto racista brasileiro. Ela FOI o projeto.

Voltem ao quadro de Modesto Brocos, de 1895: a avó negra, a mãe parda, o neto branco. A tese do branqueamento sustentava que a mistura levaria, ao longo das gerações, ao desaparecimento da população negra. Ou seja: a mestiçagem era celebrada porque se esperava que ela produzisse embranquecimento. Elogiar a mistura e desejar o apagamento eram, ali, a mesma política.

Por isso o mito é tão eficiente: ele transforma em prova de harmonia o que era instrumento de um projeto.

PERGUNTE À TURMA

E qual é o efeito prático do mito, hoje?

PAUSE E ESCUTE

Conduza até: quem denuncia é acusado de estar criando problema.

Exatamente. Se o pressuposto é que aqui não tem racismo, então quem aponta racismo passa a ser visto como quem inventa divisão. O mito não só nega o problema — ele desqualifica quem o nomeia.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: EUA — SEGREGAÇÃO COM NOME · BRASIL — DESIGUALDADE SEM NOME

É o par que a gente montou na Aula 07. Lá, a lei dizia. Aqui, a lei calava — e o silêncio virou prova de que não havia nada a dizer.

32 – 48 min · TRÊS NÍVEIS DE RACISMO

Agora um instrumento de análise que vale para a vida inteira de vocês. Três níveis.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva as três palavras, uma embaixo da outra: INDIVIDUAL · INSTITUCIONAL · ESTRUTURAL

Individual

É a conduta de uma pessoa determinada: o xingamento, a recusa, a agressão. Tem autor identificável e é o que a lei penal alcança com mais facilidade.

Institucional

É o funcionamento de uma organização que produz resultado desigual, ainda que nenhum funcionário tenha intenção discriminatória. Uma abordagem policial que se concentra num perfil. Um processo seletivo cujo critério informal reproduz sempre o mesmo grupo.

PERGUNTE À TURMA

Reparem: precisa haver alguém mal-intencionado para o resultado ser desigual?

PAUSE E ESCUTE

Não. Sublinhe, porque é contraintuitivo.

Estrutural

É a desigualdade acumulada na própria organização da sociedade: onde as pessoas moram, que escola frequentam, que renda têm, que empregos ocupam. Não tem autor porque tem história — três séculos e meio de escravidão e ausência de qualquer política de reparação depois de 1888.

Aqui é o ponto em que a Aula 03 volta: em 1850 a terra virou mercadoria; em 1888 as pessoas foram libertadas sem terra, sem indenização, sem escola, sem trabalho garantido. A estrutura de hoje é o resultado composto daquilo.

PERGUNTE À TURMA

Como distinguir os três na prática? Alguém xinga na rua: qual nível?

PAUSE E ESCUTE

Individual.

PERGUNTE À TURMA

Uma empresa em que ninguém é racista e a diretoria é toda branca?

PAUSE E ESCUTE

Institucional. Deixe alguém explicar por quê.

PERGUNTE À TURMA

E o fato de a população negra ser maioria no país e minoria nas universidades mais concorridas?

PAUSE E ESCUTE

Estrutural. Sublinhe: nenhum autor, muitos efeitos.

E anotem por que isso importa: cada nível exige um tipo diferente de resposta. Individual se responde com lei penal. Institucional, com mudança de procedimento. Estrutural, com política pública. Confundir os níveis leva a exigir da lei penal uma coisa que ela não pode entregar.

48 – 64 min · RACISMO E INJÚRIA RACIAL · O QUE MUDOU EM 2023

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: CF, art. 5º, XLII — CRIME INAFIANÇÁVEL E IMPRESCRITÍVEL

A Constituição de 1988 fez uma coisa rara: elevou a prática do racismo à condição de crime inafiançável e imprescritível.

PERGUNTE À TURMA

O que significa imprescritível?

PAUSE E ESCUTE

Deixe tentarem.

Que não há prazo para a punição. Quase todo crime prescreve — passado certo tempo, o Estado perde o direito de punir. Racismo, não. E inafiançável significa que não se responde ao processo mediante pagamento de fiança.

A Constituição só reservou esse tratamento a pouquíssimas condutas. Isso é uma escolha deliberada do constituinte de 1988 sobre a gravidade do tema.

A distinção clássica

ESCREVA NO QUADRO

Escreva em duas colunas: RACISMO — atinge a coletividade | INJÚRIA RACIAL — ofende a honra de pessoa determinada

Durante décadas, a distinção foi essa. Racismo, na Lei 7.716, alcançava condutas dirigidas a um grupo — recusar emprego, impedir o acesso a um estabelecimento. Injúria racial, no Código Penal, era a ofensa à honra de uma pessoa determinada com uso de elemento racial.

PERGUNTE À TURMA

E qual era o efeito prático dessa separação?

PAUSE E ESCUTE

Conduza: a injúria racial prescrevia; o racismo, não.

Exato. Xingar uma pessoa era injúria — crime que prescrevia e admitia fiança. Praticar discriminação contra o grupo era racismo — imprescritível. Duas portas para condutas movidas pela mesma coisa.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: LEI Nº 14.532/2023

Em dois mil e vinte e três, a Lei 14.532 alterou esse quadro: a injúria racial passou a integrar a Lei 7.716, com o mesmo regime de imprescritibilidade e inafiançabilidade, e com pena mais severa.

Anotem a data. É legislação recente, e por isso mesmo excelente repertório: mostra que o direito não é um bloco parado.

64 – 78 min · RACISMO RECREATIVO E O QUE FAZER

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: RACISMO RECREATIVO

Um conceito desenvolvido pelo jurista brasileiro Adilson José Moreira: o racismo que circula na forma de humor, e que se protege alegando que era brincadeira.

PERGUNTE À TURMA

Por que o formato de piada é eficiente para quem quer ofender sem custo?

PAUSE E ESCUTE

Deixe chegarem: porque transfere o problema para quem reagiu.

Porque o custo social recai sobre quem reclama, não sobre quem falou. Quem reage vira 'exagerado', 'sem senso de humor', 'mimizento'. A piada entrega a ofensa e ainda desqualifica antecipadamente a defesa.

E juridicamente: a alegação de brincadeira não afasta a tipificação. O que importa é a conduta e o seu conteúdo, não o rótulo que o autor escolheu para ela.

O que fazer diante de um caso

Agora a parte prática, e eu quero que isso fique anotado, porque é informação útil de verdade.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva numerado: 1 REGISTRAR (print, testemunha, data) · 2 BOLETIM DE OCORRÊNCIA · 3 DELEGACIA ESPECIALIZADA · 4 MINISTÉRIO PÚBLICO · 5 DEFENSORIA PÚBLICA · 6 DISQUE 100

Primeiro, registrar: captura de tela com data e endereço visíveis, nome de testemunhas, horário. Prova se perde rápido, sobretudo na internet.

Segundo, boletim de ocorrência — pode ser feito online em vários estados. Terceiro, no DF existem delegacias com atribuição específica para crimes de discriminação.

Quarto, Ministério Público, que é o titular da ação penal pública. Quinto, Defensoria Pública, gratuita, para quem não pode pagar advogado. E o Disque 100, canal federal de direitos humanos, anônimo e gratuito.

E se acontecer dentro da escola: existe também a via administrativa, com registro na direção e comunicação ao conselho tutelar quando envolver menor de idade. Uma coisa não exclui a outra.

AÇÃO

Explique a divisão do handout: Bloco 1 e as questões correspondentes agora; Bloco 2 em casa.

78 – 90 min · AÇÃO AFIRMATIVA E FECHAMENTO

Falta a resposta que não é penal — e que é, no longo prazo, a mais decisiva.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: AÇÃO AFIRMATIVA

Ação afirmativa é a política que trata de modo diferenciado grupos historicamente desfavorecidos, para corrigir desigualdade acumulada. Cotas em universidade e em concurso público são as formas mais conhecidas.

PERGUNTE À TURMA

A pergunta que sempre aparece: isso não é discriminação ao contrário?

PAUSE E ESCUTE

Deixe a pergunta ser feita com todas as letras. Não a evite.

O Supremo Tribunal Federal enfrentou exatamente isso em dois mil e doze, ao julgar a constitucionalidade das cotas raciais, e decidiu por unanimidade que são constitucionais.

O fundamento é o conceito de igualdade material: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida da desigualdade. Se o ponto de partida é diferente, aplicar a mesma regra a todos preserva a diferença em vez de corrigi-la.

PERGUNTE À TURMA

Onde vocês já viram esse raciocínio neste curso?

PAUSE E ESCUTE

Conduza até a Aula 07: uma regra igual para todos — o teste de alfabetização — produzindo efeito desigual. É o mesmo princípio, invertido de sinal.

Fecho com a ideia da aula. Durante cem anos o Brasil contou para si mesmo que não tinha esse problema, e o principal efeito dessa narrativa foi desarmar quem tentasse descrevê-lo. A resposta jurídica veio tarde, e veio em camadas: 1988, 1989, 2012, 2023.

ESCREVA NO QUADRO

Escreva: NOMEAR É A CONDIÇÃO DE ENFRENTAR.

Enquanto uma coisa não tem nome, ela não pode ser cobrada. Foi assim com o marco temporal, foi assim com Jim Crow, é assim aqui. Dar nome não resolve — mas nada se resolve antes disso.

AÇÃO

Lembre do Bloco 2. Registre no diário quem recebeu material adaptado e colha o recibo.

Se a turma perguntar (respostas prontas)

— Cota não é racismo ao contrário?

O Supremo decidiu essa questão em 2012, por unanimidade, pela constitucionalidade. O fundamento é a igualdade material: quando o ponto de partida é desigual, aplicar a mesma regra a todos conserva a desigualdade. Vale acrescentar que a política é temporária por definição — existe enquanto existir a disparidade que a justifica.

— Se eu não sou racista, por que tenho que ouvir isso?

Porque os níveis institucional e estrutural não dependem da intenção de ninguém. Uma pessoa pode não ter praticado nenhuma conduta discriminatória e ainda assim viver numa estrutura que distribui oportunidade de modo desigual. Entender isso não é acusação — é alfabetização sobre como o país funciona.

— E quando é brincadeira entre amigos?

A pergunta a fazer é quem ri e quem cala. Racismo recreativo é o formato mais difícil de enfrentar exatamente porque o custo de reagir é transferido para quem foi ofendido. Juridicamente, a alegação de brincadeira não afasta a tipificação.

— Cai no PAS?

Cai bastante. Relações raciais no Brasil, mito da democracia racial e ação afirmativa são temas recorrentes, e a distinção entre os três níveis é repertório de altíssimo rendimento em redação — serve para praticamente qualquer tema de desigualdade.

Se faltar tempo, corte nesta ordem

1. A Lei Afonso Arinos de 1951, mantendo só o intervalo 1888–1989.
2. O racismo recreativo — mas então mantenha integralmente o roteiro do que fazer.
3. A discussão sobre ação afirmativa pode ir para casa, desde que você registre a decisão de 2012.
4. Nunca corte o bloco 'o que fazer diante de um caso': é a parte da aula com utilidade imediata.

Se sobrar tempo

- Peça que classifiquem cinco situações nos três níveis, em duplas. É a atividade que melhor fixa a distinção e gera discussão produtiva sem exposição pessoal.
- Traga a linha do tempo completa no quadro — 1888, 1951, 1988, 1989, 2012, 2023 — e peça que identifiquem o intervalo maior. O vazio entre 1888 e 1951 fala sozinho.
- Se houver tempo, compare a redação do art. 5º, XLII, com a do XLI. A diferença de tratamento entre discriminação em geral e racismo é visível no próprio texto.

Lembretes de inclusão

- Entregue a versão adaptada de forma reservada, sem anúncio à turma.
- Para estudantes com DI, trabalhe apenas o nível individual e o roteiro do que fazer, com exemplos concretos e uma instrução por etapa. Os níveis institucional e estrutural podem ser apenas mencionados.
- Para estudantes com TEA, o tema exige literalidade: evite ironia ao explicar racismo recreativo, porque o formato irônico é justamente o que confunde. Diga explicitamente que o exemplo é exemplo.

- Para estudantes com TDAH, os três níveis funcionam melhor como classificação ativa de casos do que como exposição; use a atividade de classificação como bloco central.
- Para estudantes com TPAC, os números de lei e as datas devem estar no quadro, nunca só falados.
- CONDUÇÃO DO TEMA: esta aula pode alcançar experiência pessoal de estudantes da turma. Não convoque nenhum estudante negro a relatar experiência, a validar informação ou a representar um ponto de vista. Se alguém relatar espontaneamente, agradeça, não comente o relato e siga. Se houver relato de caso ocorrido na escola, encaminhe à direção e ao SOE após a aula, em particular.
- Colha a assinatura do recibo e registre no Diário conforme a Resolução nº 1/2017 – CEDF.